



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - CAMPUS VII / CODÓ
LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS / HISTÓRIA

JOSIVANIA DA SILVA PINTO

AS REPRESENTAÇÕES DO TRABALHO NEGRO NA MARINHA:
JOÃO CÂNDIDO PELO CORREIO DA MANHÃ

CODÓ
2026

JOSIVANIA DA SILVA PINTO

**AS REPRESENTAÇÕES DO TRABALHO NEGRO NA MARINHA:
JOÃO CÂNDIDO PELO CORREIO DA MANHÃ**

Artigo apresentado ao Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/História da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do título de Licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio Machado Lima Pereira

CODÓ
2026

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

da Silva, Josivania.

As Representações do Trabalho Negro na Marinha: João Cândido pelo Correio da Manhã / Josivania da Silva. - 2026.

23 f.

Orientador(a): Marco Antônio Machado Lima Pereira.

Curso de Ciências Humanas - História, Universidade Federal do Maranhão, Codó- Ma, 2026.

1. Revolta da Chibata. 2. Trabalhador Negro. 3. João Cândido. 4. Correio da Manhã. 5. Primeira República. I. Machado Lima Pereira, Marco Antônio. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

JOSIVANIA DA SILVA PINTO

REPRESENTAÇÕES DO TRABALHO NEGRO NA MARINHA: JOÃO CÂNDIDO PELO CORREIO DA MANHÃ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de
Licenciatura Interdisciplinar em Ciências
Humanas/História, Centro de Ciências de Codó,
Universidade Federal do Maranhão – UFMA, como
requisito para obtenção do grau de Licenciado em
Ciências Humanas/História.

Aprovado em: 27/07/2026

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marco Antônio Machado Lima Pereira (Orientador)

UFMA – Campus VII, Codó

Prof.^a Dra. Sílvia Capanema Pereira de Almeida

Université Sorbonne Paris Nord

Prof. Dr. Antônio Alexandre Isídio Cardoso

UFMA – Campus VII, Codó

RESUMO: A Revolta da Chibata, ocorrida em novembro de 1910, constitui um marco na história da Marinha e das lutas sociais no Brasil republicano. Tradicionalmente compreendida como um episódio de insubordinação militar, a revolta adquire novos contornos quando analisada a partir da condição do trabalhador negro. Este artigo tem como objetivo compreender como o *Correio da Manhã* construiu representações sobre os marinheiros revoltosos e, especialmente, João Cândido Felisberto, no recorte temporal de novembro e dezembro de 1910. Para isso, a pesquisa fundamenta-se na análise das edições do periódico, articulada à bibliografia especializada sobre o tema e trabalho negro. A documentação institucional da Marinha e a memória posterior de João Cândido são mobilizadas apenas como contrapontos pontuais, a fim de observar os limites da narrativa jornalística e da memória oficial sobre o episódio. A análise permite compreender que, ao mesmo tempo em que o jornal reconheceu os castigos corporais como uma das motivações da revolta, também construiu representações ambíguas sobre os marinheiros, ora registrando suas reivindicações, ora associando-os à ameaça da ordem republicana. Dessa forma, a pesquisa evidencia que as representações produzidas pela imprensa participaram ativamente da construção da memória pública sobre a Revolta da Chibata, revelando as tensões entre cidadania, raça e trabalho na Primeira República.

Palavras-Chave: Revolta da Chibata; Trabalhador negro; João Cândido; *Correio da Manhã*; Primeira República.

INTRODUÇÃO

Marco na história das lutas populares brasileiras e, sobretudo, na resistência negra no pós-abolição, a Revolta da Chibata ocorrida em 1910 foi liderada por marinheiros, em sua maioria negros e oriundos das camadas mais pobres da população. O movimento teve como principal demanda o fim dos castigos corporais praticados dentro da Marinha, em especial a chibata, uma continuidade da escravidão, naturalizado como forma de disciplina e dominação sobre corpos racializados. No centro desse movimento está a figura de João Cândido Felisberto, que lidera a rebelião e personifica as contradições entre cidadania e exclusão, heroísmo e silenciamento, contribuindo para a construção de interesses trabalhistas que regem a necessidade de respeito aos direitos humanos.

Este trabalho parte da premissa de que o *Correio da Manhã* exerceu um papel central na construção da imagem de João Cândido. Muito além de apenas noticiar os fatos, os jornais participaram ativamente na elaboração de discursos sobre a rebelião, seus protagonistas e o próprio conceito de ordem social vigente na Primeira República. Nesse contexto, o *Correio da Manhã* constitui um objeto privilegiado de análise por sua atuação declaradamente opinativa e politicamente interventora. Fundado em 1901 por Edmundo Bittencourt, em um cenário no qual parte da imprensa carioca era acusada de dependência e subvenção governamental. O periódico apresentou-se, desde seu editorial inaugural, como independente de partidos, mas não neutro, comprometido com a defesa do povo e disposto a confrontar oligarquias e governos considerados distantes dos direitos dos cidadãos.

Sua orientação liberal e modernizadora, contudo, não correspondia a um apoio permanente ao governo ou a uma posição política invariável, ao mesmo tempo em que defendia iniciativas de saneamento e modernização urbana, combateu a vacinação obrigatória em 1904 por considerá-la uma violação das liberdades individuais e criticou os gastos e as celebrações oficiais das reformas da capital (COELHO; DAVID; FILHO, 2002, p. 13-15). Essa linha editorial, marcada pela oposição, pela defesa da autonomia jornalística e pela intervenção direta no debate público, é fundamental para compreender os enquadramentos produzidos pelo periódico sobre a Revolta da Chibata e João Cândido em 1910.

O recorte documental concentra-se nas edições do *Correio da Manhã* publicadas entre 22 de novembro e 14 de dezembro de 1910, especialmente aquelas que acompanharam a eclosão da revolta, o debate sobre a anistia, a representação de João Cândido como “Almirante”

e os acontecimentos posteriores ligados à repressão. A entrevista de João Cândido ao Museu da Imagem e do Som e a documentação institucional da Marinha aparecem apenas como contrapontos pontuais, sem ocupar o mesmo peso analítico do corpus hemerográfico.

Neste artigo, o conceito de representação é empregado a partir das reflexões de Roger Chartier (1991). Para o autor, as representações não constituem simples reflexos ou descrições neutras de uma realidade previamente dada, mas formas socialmente produzidas de percepção, classificação e nomeação. Por meio delas, os diferentes grupos atribuem sentidos ao mundo social, constroem identidades e estabelecem posições. Essas construções estão inseridas em relações de força, uma vez que o poder de classificar e nomear também interfere na maneira como indivíduos e grupos são reconhecidos socialmente. Desse modo, analisar as representações construídas pelo *Correio da Manhã* significa observar como o periódico nomeou, descreveu e situou João Cândido e os marinheiros revoltosos dentro da ordem social e militar da Primeira República.

Essa perspectiva dialoga também com o conceito de imaginário social desenvolvido por Bronislaw Baczko (1985). O imaginário social pode ser compreendido como o conjunto de referências simbólicas, imagens, valores e modelos de comportamento por meio dos quais uma coletividade define sua identidade, distribui papéis e posições sociais e estabelece as formas consideradas legítimas de agir. Ele não constitui uma dimensão meramente ilusória, mas uma força reguladora da vida coletiva e um campo de disputas em torno da autoridade, da legitimidade e do poder. Nesta pesquisa, interessa compreender como as representações difundidas pelo *Correio da Manhã* participaram da construção de um imaginário da ordem republicana e da disciplina militar, no qual os marinheiros podiam ter suas reivindicações reconhecidas, mas também ser classificados como ameaça quando ultrapassavam o lugar social reservado aos trabalhadores negros e subalternos.

Metodologicamente, a imprensa é compreendida não como depósito neutro de informações, mas como fonte e objeto da pesquisa histórica. Nesse sentido, o artigo dialoga com Maria Helena Capelato (2015), para quem o jornal deve ser lido como agente político e espaço de produção de sentidos, e com Tania Regina De Luca (2008), que chama atenção para a necessidade de observar linha editorial, títulos, colaboradores, escolhas narrativas e silêncios dos periódicos. Assim, o *Correio da Manhã* é analisado tanto pelo que informa quanto pela forma como organiza, nomeia e interpreta os acontecimentos. O corpus principal da pesquisa corresponde às edições anteriormente delimitadas, selecionadas por acompanharem a eclosão da revolta, o debate sobre a anistia, a construção pública da figura de João Cândido e os acontecimentos posteriores que levaram à repressão dos marinheiros. A seleção dessas edições

justifica-se por sua concentração temática em torno do movimento e por permitirem observar, no calor dos acontecimentos, as formas pelas quais o periódico nomeou, descreveu e interpretou os revoltosos.

A bibliografia especializada, especialmente os trabalhos de Silvia Capanema, Álvaro Pereira do Nascimento, José Miguel Arias Neto e Edmar Morel, é utilizada para situar historicamente a Revolta da Chibata, a trajetória de João Cândido, as condições de trabalho dos marinheiros e as disputas em torno da memória do movimento. Já a documentação da Marinha aparece como contraponto pontual à narrativa jornalística, permitindo observar os limites e silêncios da memória institucional sobre a revolta. Por fim, a entrevista concedida por João Cândido ao Museu da Imagem e do Som é mobilizada como fonte memorialística posterior, não para substituir a análise da imprensa, mas para tensionar as representações produzidas pelo jornal a partir da própria elaboração que o marinheiro fez de sua experiência.

A relevância dessa construção simbólica reside na necessidade de compreender como a mídia atuou na formação da memória coletiva sobre a Revolta da Chibata e, principalmente, no modo como essa representação se conecta a questões estruturais da sociedade brasileira, como o racismo, a disciplina militar e a marginalização do trabalhador negro. O modo como João Cândido foi apresentado entre um herói corajoso, mas também como rebelde perigoso, revela tensões entre o ideal de cidadania e a persistência de práticas excludentes no interior do Estado brasileiro, especialmente no âmbito das Forças Armadas. A análise das edições selecionadas do *Correio da Manhã* será conduzida a partir da observação dos títulos, da escolha vocabular, da alternância entre notícia e opinião, da presença de colaboradores como Gil Vidal¹ e das formas de nomeação atribuídas aos marinheiros e a João Cândido. Com isso, busca-se compreender não apenas o que o jornal informou sobre a revolta, mas como organizou discursivamente seus sentidos diante do público leitor.

¹ Pseudônimo do editor-chefe do jornal *Correio da Manhã*. Pedro Leão Veloso Filho nasceu em 19/03/1856 na cidade de Inhambupe/BA. Formou-se na Faculdade de Direito do Recife em novembro de 1877. Foi promotor público na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império, entre novembro de 1878 e 1884. Após a proclamação da República, continuou advogando e, em 1901, tornou-se o primeiro editor-chefe do *Correio da Manhã*. Esteve ao lado de Edmundo Bittencourt, fundador do periódico, em muitas causas políticas, como no apoio à nomeação de Pereira Passos, em 1902, para a prefeitura da cidade do Rio e na crítica ao governo federal pelo combate à Revolta da Vacina. Mais tarde, se engajou na chamada Campanha Civilista, movimento popular de apoio à candidatura de Rui Barbosa à presidência da República em 1909-1910, em oposição ao marechal Hermes da Fonseca. A campanha defendia mudanças constitucionais, entre as quais a introdução ao voto secreto. Permaneceu trabalhando no jornal *Correio da Manhã* até seu falecimento em Paris, em 31/10/1923. NASCIMENTO, Jaime Oliveira do; LOPES, Raimundo Helio. Pedro Leão Veloso Filho. Verbete Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: <https://share.google/F8rEUIG3bYnzZNhNX>

Com isso, Capanema (2022) afirma que a interpretação da República como uma oportunidade de modernização do Brasil revela, simultaneamente, continuidades e descontinuidades de normas e práticas institucionais. Tal processo abriu espaço para a atuação de oficiais que reproduziam preconceitos herdados do período escravista, submetendo seus subalternos a castigos físicos mesmo após a abolição formal da escravidão.

Nesse sentido, a liberdade torna-se relativa dentro do território nacional, concedendo a instituições como a Marinha o direito de aplicar punições que violavam princípios básicos de dignidade humana. A atuação de João Cândido na Revolta da Chibata configura-se, assim, como um grito de sobrevivência que, posteriormente, refletiu em melhorias nas condições de trabalho na Marinha, além de representar uma expressiva manifestação de luta racial.

Apesar do discurso republicano e democrático, a Primeira República manteve estruturas excludentes herdadas do período imperial, tanto no campo político quanto no espaço público. Como aponta Sodré (1966), a imprensa brasileira, embora desvinculada da Corte, conservou sua função de mediadora dos interesses das elites dirigentes, atuando em consonância com os grupos dominantes e distante da participação popular. Dessa forma, a ausência da monarquia não significou a democratização da circulação de ideias, mas a reconfiguração dos sujeitos que controlavam a narrativa pública.

Essa limitação do espaço público dialoga diretamente com a análise de José Murilo de Carvalho (2002), para quem a cidadania no Brasil se construiu de maneira fragmentada e excludente, impedindo que amplos setores da população, especialmente trabalhadores e negros, fossem reconhecidos como sujeitos plenos de direitos. Nesse contexto, os marinheiros envolvidos na Revolta da Chibata não encontraram na imprensa um espaço legítimo de representação de suas demandas.

A luta, contudo, estendeu-se para além do momento da revolta, manifestando-se no pós-revolta por meio da prisão, do isolamento e da eliminação dos marujos envolvidos. O interesse de Edmar Morel (2021) pela figura de João Cândido surge justamente como uma reação a esse processo de silenciamento, sobretudo no que diz respeito à liderança exercida por Cândido e às estratégias da própria Marinha para apagar sua atuação.

Assim, a Revolta da Armada não apenas evidenciou as condições precárias enfrentadas pelos marinheiros, mas também expôs as disputas em torno da construção de narrativas públicas. A análise da cobertura jornalística permite uma reflexão crítica sobre o papel da imprensa na formação da opinião pública, enquanto a documentação da Marinha revela o interesse institucional em invisibilizar os revoltosos e suas reivindicações.

1. A IMPRENSA, TRABALHO NEGRO E PÓS-ABOLIÇÃO

Para compreender as representações construídas sobre João Cândido Felisberto no *Correio da Manhã*, é necessário, antes, situar a Revolta da Chibata no contexto social e racial da Primeira República. O movimento de 1910 não surgiu de forma isolada, mas de um conjunto de tensões acumuladas no interior da Marinha, instituição que, embora vinculada ao projeto republicano de modernização do país, ainda preservava práticas disciplinares violentas herdadas do período escravista. Entre essas práticas, os castigos corporais ocupavam lugar central, atingindo principalmente marinheiros negros e pobres, submetidos a uma hierarquia militar marcada por desigualdades de raça, classe e poder.

Essa contextualização é necessária porque, na perspectiva de Chartier (1991), as representações não se formam fora das divisões sociais e das relações de força que estruturam uma sociedade. Assim, as imagens do marinheiro disciplinado, do trabalhador incapaz, do rebelde perigoso ou do comandante competente devem ser compreendidas em relação às hierarquias raciais, sociais e militares que definiam o lugar reservado aos homens negros e pobres no pós-abolição.

Nesse cenário, João Cândido deve ser compreendido não apenas como liderança simbólica da revolta, mas como trabalhador marítimo negro, formado pela experiência cotidiana da Marinha e pelas contradições do pós-abolição. Sua trajetória evidencia os limites da cidadania republicana para homens negros que, mesmo inseridos em instituições do Estado, continuavam submetidos a formas de violência, controle e desumanização.

Essa experiência, contudo, não se restringia ao espaço nacional. Pois, “essa menção à revolta de 1797 no texto de João Cândido nos permite pensar em outra dimensão da revolta de 1910: as trocas internacionais” (CAPANEMA, 2022, p. 254). A historiadora Sílvia Capanema chama atenção para o fato de que, por meio das viagens à Inglaterra e a outros países, os marinheiros brasileiros podiam entrar em contato com notícias, experiências e reivindicações de outros trabalhadores do mar, como as rebeliões de marinheiros ingleses no século XVIII e a revolta do encouraçado Potemkin, em 1905. Desse modo, a Revolta da Chibata não pode ser compreendida apenas como reação imediata aos castigos corporais, mas também como parte de um repertório mais amplo de circulação de ideias, experiências marítimas e lutas por melhores condições de trabalho, disciplina menos violenta e reconhecimento.

Nesse sentido, a liderança de João Cândido no movimento deve ser compreendida no contexto do pós-abolição e da experiência cotidiana dos trabalhadores marítimos negros na Primeira República. João Cândido Felisberto nasceu em 1880, Rio Pardo no Rio Grande do Sul,

e era filho de ex-escravizados, pertencendo, portanto, à geração de homens negros nascidos formalmente livres, mas ainda profundamente marcada pelos limites sociais do pós-abolição. Seu ingresso na Marinha ocorreu ainda na adolescência, em 1895, momento em que a instituição se apresentava como uma possibilidade de trabalho, formação técnica e sobrevivência para homens pobres, ao mesmo tempo em que preservava práticas disciplinares rígidas e violentas.

Ao longo de sua trajetória, João Cândido acumulou experiências em quartéis, navios, viagens nacionais e internacionais, além de conhecimentos ligados à vida militar e marítima. Por isso, sua liderança em 1910 não deve ser compreendida como resultado de improviso ou impulso individual, mas como expressão de uma experiência construída durante anos de serviço, convivência com os abusos da Marinha e domínio prático dos navios modernos da Armada (NASCIMENTO, 2019).

A própria modernização da Marinha revela essa tensão. Embora a instituição buscasse renovar seus equipamentos, navios e formação técnica, tal modernização não eliminou as desigualdades internas nem as práticas violentas dirigidas aos praças. Assim, antes de ser reduzida a motim ou insubordinação, a Revolta da Chibata deve ser situada como resposta política e trabalhista às contradições de uma República que modernizava seus instrumentos de guerra, mas mantinha relações sociais profundamente excludentes.

A composição social da Marinha reforça essa contradição. O recrutamento de marujos tornou-se um problema constante ao longo do século XIX, revelando “os abismos sociais e raciais da sociedade brasileira” (CAPANEMA, 2022, p. 57). Assim, de forma forçada atingia escravizados, homens livres pobres, libertos, mendigos, retirantes e trabalhadores capturados nos navios em que atuavam, evidenciando que a formação das tripulações estava ligada a mecanismos de coerção e controle social. No pós-abolição, essa lógica continuou a atingir principalmente sujeitos pobres e afrodescendentes, articulando a necessidade de mão de obra da Marinha à marginalização de populações vistas como indesejáveis pela ordem republicana.

Essa relação entre recrutamento e controle social aparece também na análise do Código Penal de 1890. Capanema observa que as contravenções por vadiagem, mendicância e capoeiragem “visavam diretamente às populações pobres, errantes, afrodescendentes” (CAPANEMA, 2022, p. 65). Desse modo, a entrada de muitos homens na Marinha não pode ser entendida apenas como escolha profissional ou alistamento voluntário, mas como resultado de um sistema que aproximava repressão policial, pobreza e serviço militar. A Marinha, portanto, funcionava também como espaço de disciplinamento de corpos pobres e negros no contexto republicano.

As escolas de aprendizes marinheiros também integravam esse processo. Embora fossem apresentadas como espaços de instrução, formação profissional e preparação técnica, Sílvia Capanema mostra que elas carregavam uma dimensão correcional, voltada para menores pobres, órfãos ou considerados desviantes. A própria linguagem utilizada pelas fontes oficiais, ao tratar esses estabelecimentos como “viveiros” capazes de fornecer jovens “adestrados” para a Armada, revela uma concepção disciplinadora e desumanizante da formação naval (CAPANEMA, 2022). Assim, o projeto de modernização da Marinha não eliminava práticas de hierarquia e controle; ao contrário, reorganizava essas práticas sob o discurso da formação, da técnica e da civilização.

A vida cotidiana dos marinheiros chama atenção para o fato de que muitos registros produzidos por oficiais revelavam preconceitos sociais e raciais em relação aos marinheiros. Segundo Macedo Soares (1911 *apud* CAPANEMA, 2022) os trabalhadores eram “Profundamente alheios a qualquer noção de conforto, os nossos marinheiros se vestem mal, não sabem comer, não sabem dormir. Imprevidentemente preguiçosos, eles trazem da raça a incapacidade de progredir”, mostra como os hábitos cotidianos dos marujos eram frequentemente descritos por meio de julgamentos morais, associando-os à preguiça, ao vício, à violência e à incapacidade de progresso. Essa visão reforçava a distância simbólica entre oficiais e praças, transformando desigualdades sociais e raciais em supostas falhas morais dos próprios marinheiros.

A chegada dos modernos equipamentos do projeto de renovação naval, como o cruzador Bahia e os encouraçados Minas Gerais e São Paulo, alterou o ritmo de trabalho e de vida a bordo. A documentação indica, de um lado, a permanência de relações escravistas e, de outro, a existência de diferentes formas de resistência dos marujos (CAPANEMA, 2022). Assim, a modernização material da Marinha não significou a superação das antigas hierarquias; ao contrário, colocou tecnologias modernas a serviço de uma organização interna ainda marcada por desigualdade, disciplina rígida e controle sobre os corpos dos marinheiros.

Essa contradição entre modernização material e permanência de práticas antigas dialoga com a ideia de Edmar Morel, ao afirmar que o governo buscou modernizar a Esquadra, mas não reformou o sistema de seleção dos marinheiros nem a mentalidade que orientava a instituição (MOREL, 2021). Ainda que escreva em tom mais memorialístico, o autor contribui para evidenciar que a Revolta da Chibata ocorreu em uma Marinha que renovava seus navios, mas preservava formas violentas de recrutamento, disciplina e hierarquia.

Capanema (2022) mostra ainda que, quando as escolas de aprendizes passaram a ser mais disputadas, o preconceito racial podia atuar como critério de exclusão. Ao analisar

reclamações de pais de alunos negros recusados na Escola de Aprendizes da Bahia, a autora evidencia a naturalização da preferência por candidatos brancos, revelando que a modernização da formação naval permanecia atravessada por hierarquias raciais.

A trajetória de João Cândido Felisberto se insere diretamente nesse universo. Álvaro Pereira do Nascimento (2019) o apresenta como um homem negro, filho de ex-escravizados, nascido no pós-abolição, cuja vida permite compreender a realidade enfrentada por marinheiros negros na Belle Époque. Sua entrada na Marinha não deve ser lida apenas como escolha individual, mas como parte das possibilidades limitadas de trabalho, sobrevivência e formação profissional abertas a homens negros e pobres naquele contexto. A instituição oferecia moradia, alimentação, soldo, viagens e alguma especialização, mas também impunha disciplina rígida, castigos corporais e controle sobre os corpos dos praças.

No caso de João Cândido, essa ambiguidade aparece com força. Desse modo, Nascimento (2019) demonstra que ele acumulou experiências em quartéis, navios, viagens nacionais e internacionais, além de aprender técnicas ligadas à vida militar e marítima. Ao longo de aproximadamente quinze anos de serviço, João Cândido atravessou diferentes fases da modernização naval, adquirindo experiência prática em embarcações à vela, a vapor e em equipamentos de guerra. Sua liderança em 1910, portanto, não pode ser compreendida como ato espontâneo ou isolado, mas como resultado de uma trajetória marcada pelo conhecimento técnico, pela convivência cotidiana com os abusos da Marinha e pela experiência acumulada entre marinheiros subalternos.

Nesse sentido, a Revolta da Chibata deve ser compreendida como movimento político e reivindicatório, e não apenas como explosão de indisciplina militar. Arias Neto (2010) contribui para essa leitura ao discutir as disputas em torno da própria nomeação do movimento — motim, insubordinação, revolta ou revolução —, mostrando que a forma como o episódio foi definido já fazia parte da luta por seus sentidos. Ao reivindicarem o fim dos castigos corporais, melhores condições de trabalho e reconhecimento de sua dignidade, os marinheiros se apresentavam como sujeitos de direitos dentro da República. Essa dimensão é fundamental para compreender por que a imprensa, especialmente o *Correio da Manhã*, oscilou entre registrar as reivindicações dos marinheiros e enquadrá-los como ameaça à ordem republicana.

2. CORREIO DA MANHÃ E A CONSTRUÇÃO DA REVOLTA

Após situar a Revolta da Chibata no contexto do trabalho negro, da disciplina militar e das contradições da Marinha republicana, torna-se necessário observar como esse movimento foi narrado pela imprensa. O *Correio da Manhã*, enquanto periódico de ampla circulação e

atuação política no Rio de Janeiro, acompanhou a revolta em meio à urgência dos acontecimentos, publicando notícias, editoriais, relatos, discursos e impressões que contribuíram para a construção pública do movimento e de seus protagonistas. Nesse sentido, a análise da cobertura jornalística permite compreender não apenas quais informações foram divulgadas, mas também como os marinheiros revoltosos e João Cândido foram nomeados, descritos e situados diante da opinião pública.

A cobertura inicial do jornal revela um esforço de acompanhar os acontecimentos quase em tempo real, mas também expõe as incertezas, rumores e tensões políticas que cercavam a revolta. Nos primeiros registros, o *Correio da Manhã* apresenta uma narrativa marcada pela cautela, reunindo boatos sobre disparos, movimentações de oficiais, testemunhos de civis e informações fragmentadas sobre os navios rebelados. Essa forma de narrar é importante porque mostra que a Revolta da Chibata, antes de se consolidar como acontecimento histórico organizado pela memória, apareceu inicialmente como crise aberta, perigosa e ainda indefinida.

Essa cautela pode ser observada na narrativa quase imediata dos acontecimentos, organizada a partir de informações sucessivas e ainda incertas. O periódico registra, inicialmente, boatos sobre os disparos, a apreensão de oficiais e o deslocamento de testemunhas que relatavam ter ouvido gritos de “viva a liberdade”. Em seguida, aparece a figura de um marinheiro do *scout Bahia*, que teria afirmado cumprir ordens de seu comandante para levar a família a um ponto mais distante, advertindo que algo grave estaria prestes a ocorrer. O jornal, contudo, descreve esse marinheiro como “meio bêbado”, o que contribui para descredibilizar sua fala, ao mesmo tempo em que registra sua identificação física de forma direta: negro e alto. (CORREIO DA MANHÃ, 22 de nov. 1910, p. 1)

Essa sequência de fatos permite perceber que, em um primeiro momento, o *Correio da Manhã* construiu uma cobertura marcada pela cautela e pelo esforço de apuração, sem atribuir imediatamente a revolta a uma conspiração política mais ampla. Esse ponto é relevante porque, como observa Capanema (2022), circulavam boatos entre os chamados “militaristas”, apoiadores do recém-eleito marechal Hermes da Fonseca, de que o movimento poderia ter sido articulado por seus rivais “civilistas”, ligados a Rui Barbosa. No entanto, a própria cobertura do jornal identificou desde cedo que as motivações centrais do movimento estavam relacionadas à insatisfação dos marinheiros com os castigos corporais, o excesso de trabalho e as condições de vida a bordo.

A leitura inicial, caracterizada pelo cuidado e pelo reconhecimento parcial das reivindicações dos marinheiros, não se mantém de forma homogênea ao longo da cobertura do *Correio da Manhã*. À medida que a Revolta da Chibata se prolonga e seus impactos políticos

se tornam mais evidentes, o jornal passa a reorganizar seu discurso, deslocando o foco da pura recolha dos fatos para a preocupação com a estabilidade da ordem republicana.

Nesse contexto, a edição do dia 24 de novembro traz em manchete o título de “Esquadra Revoltada – Durante o dia de ontem os navios revoltosos fizeram diversos disparos sobre a cidade” e o acréscimo de opiniões divididas a cada coluna, começando pelo texto “A Revolta”, escrito por Gil Vidal, pseudônimo de Leão Velloso Filho, redator-chefe do *Correio da Manhã*, no qual se manifesta vergonha pela nação e declara apoio ao presidente marechal Hermes da Fonseca. Até chegar ao pânico civil pela revolta de marinheiros que se espalha e se torna a revolta de uma Esquadra inteira. (CORREIO DA MANHÃ, 24 nov. 1910, p. 1).

Essa mesma publicação protesta a morte de duas crianças pelas granadas lançadas a cidade; descreve os efeitos destrutivos de uma granada; acompanha o presidente em reuniões e a busca por uma solução que não seja acatar a reivindicação dos marinheiros e apresenta João Cândido pela primeira vez no periódico, descrevendo-o como um “perfeito conhecedor dos segredos náuticos” em uma narrativa que se desalinha do início ao fim da leitura e contrapõe a narrativa vilã esperada. Ele é, desde o início, tratado como indivíduo e chega a ser apresentado brevemente em uma das colunas.

Nesse processo, observa-se uma inflexão narrativa em que a ação coletiva dos marinheiros passa a ser associada ao risco de insubordinação e à necessidade de controle do trabalhador, revelando os limites do reconhecimento político inicialmente concedido. Ademais, não há, no discurso de Gil Vidal, uma discordância explícita quanto à necessidade de melhorar as condições dos marinheiros; o que predomina é a defesa do controle da revolta e da preservação da imagem civilizada do país, o colunista diz: “Felizmente as indagações minuciosas a que procedeu o governo provam que se trata somente de uma insurreição da maruja, insurreição em que não tem participação nenhum elemento a ela estranho, participação por qualquer modo, até por instigação ou conselho”. (CORREIO DA MANHÃ, 24 nov. 1910, p. 1).

Dessa forma, a cobertura do *Correio da Manhã* revela uma construção ambígua da Revolta da Chibata. O jornal reconhece, em alguns momentos, a existência de reivindicações ligadas aos castigos corporais, ao excesso de trabalho e às condições de vida dos marinheiros. Porém, reorganiza a narrativa em torno do medo, da ameaça à cidade e da necessidade de restabelecimento da ordem. João Cândido aparece nesse processo de maneira igualmente ambígua: não apenas como rebelde, mas como sujeito tecnicamente competente, “perfeito conhecedor dos segredos náuticos” (CORREIO DA MANHÃ, 24 nov. 1910, p. 3), capaz de comandar navios modernos e impor à República uma crise política de grandes proporções. Essa

oscilação prepara o debate sobre a anistia, no qual a preocupação com a pacificação institucional se sobrepõe ao reconhecimento efetivo das reivindicações dos marujos.

3. ANISTIA, JOÃO CÂNDIDO E LIMITES DA PACIFICAÇÃO

Se a cobertura inicial do *Correio da Manhã* oscilou entre o reconhecimento das reivindicações dos marinheiros e o enquadramento da revolta como ameaça à ordem, o debate em torno da anistia tornou essa ambiguidade ainda mais evidente. A anistia apareceu, no espaço público, como uma solução política capaz de encerrar a crise aberta pela Revolta da Chibata. Contudo, ela não significou o reconhecimento pleno da legitimidade das demandas dos marujos, ao contrário, pois a forma como foi debatida e justificada revela que a principal preocupação das elites políticas e jornalísticas era restabelecer a autoridade do Estado, pacificar a cidade e conter os efeitos simbólicos da insubordinação naval.

Essa tensão já aparece na edição de 23 de novembro de 1910, quando o jornal registra, ao mesmo tempo, a possibilidade de negociação com os revoltosos e a preparação de uma resposta militar (CORREIO DA MANHÃ, 23 nov. 1910, p. 9). Segundo o jornal, o governo começava a demonstrar disposição para atender à resposta dada às intimações dos marinheiros, mas os contratorpedeiros recebiam munição para destruir a esquadra revoltosa caso os chefes do levante persistissem na ameaça de bombardear a cidade. Na mesma edição, o jornal informa que os revoltosos pediam “garantia de vida” e que José Carlos de Carvalho se oferecera para parlamentar com eles a bordo do Minas Geraes (CORREIO DA MANHÃ, 23 nov. 1910, p. 9). A cobertura, portanto, apresenta a negociação como medida possível, mas sempre sob a sombra da repressão militar.

Na edição de 24 de novembro, a anistia passa a aparecer como eixo institucional para o encerramento da crise. O jornal registra que José Carlos de Carvalho apontava entre as exigências dos marujos a anistia aos revoltosos e o aumento do soldo dos marinheiros (CORREIO DA MANHÃ, 24 nov. 1910, p. 3). Na segunda edição do mesmo dia, o *Correio da Manhã* acompanha a discussão do projeto de anistia no Senado, apresentado por Severino Vieira e defendido por Rui Barbosa, registrando sua aprovação por unanimidade. A rapidez da votação indica a urgência política atribuída à pacificação do conflito, mas não significa que as reivindicações dos marinheiros tenham sido plenamente reconhecidas como legítimas (CORREIO DA MANHÃ, 24 nov. 1910, p. 9).

Ao longo da cobertura, a preocupação com a preservação da paz pública aparece de forma recorrente no *Correio da Manhã*, especialmente nos discursos relacionados ao projeto de anistia. Em pronunciamento registrado pelo periódico, Rui Barbosa defendeu a transigência

como meio necessário para a salvação pública, afirmando: “A covardia é uma triste coisa; mas coisa ainda mais triste é a jactância, é a soberba em presença da situação, que só pela transação se pode resolver” (CORREIO DA MANHÃ, 26 nov. 1910, p. 2). Nesse discurso, a anistia não aparece propriamente como reparação aos marinheiros, mas como instrumento político para evitar o agravamento da crise e restaurar a estabilidade institucional.

As palavras de Rui Barbosa permitem perceber um deslocamento importante: a questão central deixa de ser a violência sofrida pelos marinheiros e passa a ser a necessidade de preservar a ordem republicana. A anistia, nesse sentido, funciona menos como reconhecimento moral da causa dos revoltosos e mais como estratégia de contenção. O apoio à medida não eliminava a visão de que os marujos haviam ultrapassado os limites aceitáveis da disciplina militar; apenas reconhecia que, naquele momento, negociar era a saída menos arriscada para o governo e para a imagem pública do país.

Essa leitura se torna ainda mais clara no texto “O fim?”, publicado em 25 de novembro de 1910 (CORREIO DA MANHÃ, 25 nov. 1910, p. 1). Nele, Gil Vidal afirma que os homens públicos que propuseram e votaram a anistia agiram movidos pela “salvação pública”. Ao mesmo tempo, reconhece que as queixas dos marinheiros eram procedentes, mencionando os castigos corporais cruéis, o excesso de trabalho e a má alimentação. O jornal, portanto, não ignora completamente a legitimidade das denúncias dos marujos; contudo, subordina esse reconhecimento à necessidade de restaurar a ordem. A anistia surge como “remédio extremo contra mal tremendo”, isto é, como solução emergencial para conter a crise, não como reparação efetiva das violências sofridas pelos marinheiros.

A ambiguidade se acentua em 27 de novembro, quando Gil Vidal volta a condenar os castigos corporais e as más condições de trabalho, mas critica os efeitos morais da anistia (CORREIO DA MANHÃ, 27 nov. 1910, p. 1). Para ele, embora as queixas dos revoltosos fossem justas, a concessão da anistia antes da submissão prejudicava o prestígio da autoridade pública e poderia produzir consequências desastrosas. Esse deslocamento é fundamental, pois o problema deixa de ser a violência institucional contra os marinheiros e passa a ser o risco de enfraquecimento da autoridade republicana diante de trabalhadores armados, negros e subalternos.

Essa leitura dialoga com Arias Neto (2010), para quem a Revolta da Chibata deve ser compreendida a partir da disputa em torno de seus sentidos políticos. Ao discutirem se o episódio deveria ser chamado de motim, revolta ou revolução, os contemporâneos não estavam apenas escolhendo palavras, mas definindo o lugar dos marinheiros na ordem republicana. Se o movimento fosse tratado como motim, seus participantes poderiam ser reduzidos à condição

de indisciplinados; se fosse compreendido como revolta política, suas reivindicações precisariam ser enfrentadas como expressão de sujeitos que cobravam direitos dentro da República.

Nesse cenário, João Cândido ocupa uma posição ambígua. Nos primeiros momentos da cobertura, aparece como liderança reconhecível e tecnicamente competente, capaz de comandar os navios modernos da Armada. Contudo, à medida que o debate se desloca para a anistia e para a restauração da ordem, sua figura tende a ser absorvida pela categoria mais ampla dos “revoltosos” ou “sublevados”. Assim, o jornal contribui para uma construção dupla ao individualizar João Cândido quando sua competência náutica ajuda a explicar a força do movimento, mas o dilui na massa ameaçadora dos revoltosos quando a prioridade passa a ser conter a crise e reafirmar a autoridade do Estado.

A figura de João Cândido aparece nesse debate de maneira particularmente ambígua. Na edição de 24 de novembro de 1910, o *Correio da Manhã* o menciona nominalmente como “marinheiro de 1ª classe João Cândido”, afirmando que ele “se arvorou em comandante do Minas Geraes” (CORREIO DA MANHÃ, 24 nov. 1910, p. 3). A notícia informa ainda que João Cândido mandara retirar do navio técnicos ingleses responsáveis pelas máquinas elétricas, guardar os paióis de pólvora, proibir o uso de bebidas alcoólicas a bordo e preservar os camarotes dos oficiais. Esses elementos constroem uma imagem de comando disciplinado, organizado e tecnicamente consciente, distante da representação de uma revolta puramente desordenada.

Essa representação se aprofunda na coluna intitulada “O ‘Almirante’ João Cândido”. Embora o uso das aspas no termo “almirante” revele certa ironia diante da autoridade assumida por um marinheiro subalterno, o próprio texto reconhece sua liderança e competência (CORREIO DA MANHÃ, 24 nov. 1910, p. 9). O jornal o descreve como “o chefe dos revoltosos”, “marinheiro de 1ª classe”, “moreno, alto, simpático e valente”, além de afirmar que, iniciado o movimento, João Cândido “assumiu a chefia da revolta, funcionando como chefe da esquadra revoltada”. Ao mesmo tempo, destaca que ele escolheu marinheiros segundo a “competência e especialidade” no manejo dos aparelhos do Minas Geraes, indicando uma organização interna baseada no conhecimento técnico dos praças.

A nomeação de João Cândido como “Almirante” pode ser compreendida, à luz de Chartier (1991), como parte de uma luta de representações. A expressão deslocava simbolicamente um marinheiro negro e subalterno para uma posição de comando que não lhe era oficialmente reconhecida pela hierarquia naval. As aspas, entretanto, preservavam a distância entre a autoridade efetivamente exercida durante a revolta e o estatuto de comando

legitimado pela Marinha. Desse modo, o termo simultaneamente reconhecia sua liderança e limitava esse reconhecimento, apresentando sua autoridade como excepcional, provisória e possivelmente marcada pela ironia.

A edição de 26 de novembro reforça essa oscilação. Ao noticiar o fim do movimento, o *Correio da Manhã* informa que o “Almirante” João Cândido agradeceu ao deputado José Carlos de Carvalho e prometeu que os navios sairiam barra afora para descarregar a artilharia, entregando posteriormente o comando ao seu “substituto legal”, com os navios lavados e limpos (CORREIO DA MANHÃ, 26 nov. 1910, p. 2). A narrativa preserva, ainda que de forma ambígua, a imagem de João Cândido como liderança capaz de negociar, organizar a entrega e controlar a tripulação.

Na mesma cobertura, o jornal registra rumores sobre a possível destituição de João Cândido, sua substituição por outro comandante e a continuidade das manobras da esquadra. Mesmo diante das incertezas, a narrativa mantém a centralidade de sua figura, associando-o ao comando efetivo dos navios e ao desfecho da revolta. Quando a situação se encerra, porém, o tom se altera, as guarnições tomam seus postos, a oficialidade reassume os navios e “João Candido e os seus valentes companheiros voltaram à realidade da vida”. A frase final “Não eram senão marinheiros sujeitos à disciplina”, revela o esforço de recolocar os revoltosos dentro da hierarquia militar, retirando deles a excepcionalidade política que haviam assumido durante o movimento.

A construção ambígua de João Cândido pelo *Correio da Manhã* torna-se ainda mais evidente na edição de 27 de novembro de 1910, quando o jornal publica, “como curiosidade”, o conto “Coração de Marujo”, de Virgílio Várzea, apresentado como um perfil de João Cândido no período em que era grumete (CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 27 nov. 1910, p. 2). Por se tratar de um texto literário, sua utilização não deve ser feita como prova direta da trajetória biográfica de João Cândido, mas como indício da forma como o jornal mobilizava imagens morais, raciais e disciplinares para representar sua figura.

No texto, João Cândido é descrito como “crioulo alto, magro, bem apessoado”, “vivo” e “valente”, mas também associado à “desobediência”, à “indisciplina”, à “capoeiragem” e à rebeldia. A narrativa chega a afirmar que ele “não parecia um homem, mas um bruto quase indomesticável”, expressão que revela a violência simbólica presente na tentativa de caracterizá-lo como sujeito naturalmente avesso à disciplina. Ao mesmo tempo, o conto constrói uma cena em que João se comove diante de uma mulher pobre e lhe entrega dinheiro, sugerindo uma dimensão de piedade e humanidade. Assim, o jornal produz uma representação

contraditória de João Cândido aparecendo como liderança perigosa, corpo racializado, marinheiro indisciplinado, mas também como sujeito sensível e moralmente complexo.

Na perspectiva de Baczko, essas categorias morais e raciais não funcionavam de maneira isolada, mas se articulavam a um imaginário social que distribuía lugares, estabelecia modelos de comportamento e distinguia os sujeitos considerados legítimos daqueles percebidos como ameaçadores (BACZKO, 1985). Ao associar João Cândido à capoeiragem, à rebeldia e à condição de “bruto quase indomesticável”, o conto mobilizava referências simbólicas que relacionavam o homem negro ao perigo e à necessidade de controle (CORREIO DA MANHÃ, 27 nov. 1910, p. 2). Ao mesmo tempo, a valentia, a sensibilidade e a piedade atribuídas ao personagem impediam que essa representação fosse inteiramente negativa, preservando a ambiguidade que marcou a cobertura do periódico (CORREIO DA MANHÃ, 27 nov. 1910, p. 2).

Essa publicação reforça a oscilação presente na cobertura do jornal. João Cândido era reconhecido como comandante competente quando sua atuação explicava a força da revolta, era reconduzido à condição de marinheiro sujeito à disciplina quando o movimento se encerrava; e, nesse perfil literário, era reinterpretado por meio de categorias morais e raciais que buscavam tornar sua rebeldia inteligível ao público leitor. A imagem do “Almirante” João Cândido, portanto, não foi construída apenas pelo reconhecimento de sua liderança, mas também por tentativas de enquadrá-lo como exceção perigosa dentro da ordem naval republicana.

Os acontecimentos de dezembro de 1910 permitem observar os limites concretos da anistia e da pacificação anunciada em novembro. Em 10 de dezembro, o *Correio da Manhã* noticiava “novos e gravíssimos acontecimentos na Marinha”, destacando a sublevação da guarnição do *scout* Rio Grande do Sul e do Batalhão Naval. A manchete recolocava a Marinha no campo da crise, da ameaça e da necessidade de controle, poucos dias após o encerramento da Revolta da Chibata.

Capanema (2022) observa que a revolta de dezembro foi posteriormente interpretada por João Cândido, por membros de sua família, por ex-marinheiros e, em certa medida, por Edmar Morel (2021), como um episódio fabricado ou fomentado pela própria Marinha. A autora, contudo, adota cautela ao afirmar que, embora não seja possível atribuir com certeza a responsabilidade da segunda revolta aos oficiais ou ao governo, também não se pode negligenciar que as autoridades utilizaram esse novo levante como pretexto para anular a anistia, perseguir e reprimir marujos e soldados navais rebeldes ou considerados “indesejados”.

A relevância dos acontecimentos de dezembro para esta pesquisa está no fato de que eles atingem diretamente a trajetória de João Cândido após a anistia. Se, em novembro, o *Correio da Manhã* o apresentava como “Almirante”, comandante improvisado e marinheiro competente, o contexto repressivo aberto pela nova sublevação permitiu seu reenquadramento pela lógica da suspeita e da punição. Sua prisão na Ilha das Cobras evidencia os limites da anistia e revela como o reconhecimento momentâneo de sua liderança não se converteu em proteção política ou legitimidade duradoura.

A documentação institucional da Marinha aparece, neste trabalho, apenas como contraponto pontual à cobertura jornalística. Embora inicialmente prevista como fonte complementar, ela não ocupa o mesmo peso analítico da imprensa, pois as consultas preliminares realizadas indicaram limites de acesso e lacunas nos registros disponíveis sobre a Revolta da Chibata. Por isso, o *Correio da Manhã* permanece como corpus documental central da análise. Ainda assim, essa dificuldade reforça a importância de observar não apenas os discursos publicados na imprensa, mas também os limites da memória institucional sobre o movimento.

É nesse ponto que a contribuição de Edmar Morel (2021) se torna fundamental. Ao reconstruir os desdobramentos da Revolta da Chibata, o autor evidencia que a anistia não impediu a posterior perseguição aos marinheiros envolvidos no movimento. O fim imediato da revolta não significou a incorporação de suas demandas como pauta legítima do Estado, mas abriu caminho para um processo de punição, isolamento e silenciamento dos revoltosos. Assim, a pacificação anunciada publicamente conviveu com práticas institucionais de repressão, revelando os limites concretos da anistia concedida.

Décadas depois, a entrevista concedida por João Cândido ao Museu da Imagem e do Som permite tensionar as imagens produzidas pelo jornal em 1910. Ao comentar o movimento, ele afirma que se tratou de “um protesto que se transformou em revolta”, deslocando a interpretação do episódio da simples indisciplina militar para o campo da reação contra uma forma de tratamento aviltante. Na mesma entrevista, ao ser questionado se teria desejado atuar como militante político, João Cândido nega essa identificação e afirma ter tomado o “partido dos bons”. Essa fala não elimina o caráter político da Revolta da Chibata, mas ajuda a compreendê-la a partir da experiência concreta dos marinheiros que se viam diante da humilhação, dos castigos corporais e da negação de dignidade. Assim, sua memória posterior funciona como contraponto às representações jornalísticas que ora o exaltavam como “Almirante”, ora o reconduziam à condição de marinheiro perigoso, rebelde e disciplinável.

Nesse sentido, a entrevista pode ser compreendida como parte de uma luta de representações (CHARTIER, 1991) em torno do significado da Revolta da Chibata e da atuação de João Cândido. Ao definir o movimento como “um protesto que se transformou em revolta”, o marinheiro produziu uma elaboração de sua experiência que se afastava das classificações de motim, indisciplina ou ameaça presentes no debate público de 1910. Sua memória posterior não é tomada como relato neutro ou definitivo dos acontecimentos, mas como uma representação concorrente, por meio da qual João Cândido buscou atribuir à ação dos marinheiros um sentido relacionado à dignidade e à reação contra o tratamento aviltante.

Dessa forma, a cobertura do *Correio da Manhã* sobre a anistia, a figura de João Cândido e os acontecimentos de dezembro permite compreender uma das principais contradições da Primeira República: a necessidade de negociar com marinheiros negros e pobres que haviam demonstrado força política e domínio técnico sobre os navios mais modernos da Armada, ao mesmo tempo em que se buscava impedir que essa ação fosse reconhecida como legítima. A anistia encerrou a crise imediata, mas não rompeu com a lógica de exclusão que havia produzido a revolta. Pelo contrário, participou do deslocamento da memória do movimento do campo das reivindicações trabalhistas e raciais para o campo da desordem, da ameaça e da indisciplina.

A contribuição de Edmar Morel aprofunda essa dimensão repressiva ao demonstrar que João Cândido foi preso após a anistia, permaneceu encarcerado por cerca de dois anos e precisou responder a julgamento. A pacificação anunciada em novembro, portanto, não significou proteção efetiva aos revoltosos nem reconhecimento pleno de suas reivindicações (MOREL, 2021).

Esse desdobramento também permite observar os limites do próprio corpus hemerográfico analisado. Nas edições consultadas do *Correio da Manhã* dentro do recorte de novembro e dezembro de 1910, João Cândido aparece inicialmente como figura central para explicar a força e a organização da revolta; contudo, após a anistia e os acontecimentos repressivos de dezembro, sua presença nominal se reduz, aparecendo vinculada sobretudo ao anúncio de sua prisão. Essa mudança é significativa porque indica que, uma vez encerrada a crise imediata e restabelecida a autoridade oficial sobre os navios, o jornal, nas edições examinadas, passa a conferir menor centralidade à liderança política de João Cândido, acompanhando-o sobretudo dentro da lógica da suspeita e da repressão. Assim, a leitura de Morel ajuda a compreender aquilo que o periódico, pelo menos no recorte analisado, não desenvolve plenamente: a continuidade da perseguição aos marinheiros e o prolongamento da punição para além da anistia.

CONCLUSÃO

A análise da cobertura da Revolta da Chibata pelo *Correio da Manhã* permite compreender que a imprensa não atuou apenas como espaço de registro dos acontecimentos, mas também como agente na construção dos sentidos atribuídos ao movimento e à figura de João Cândido Felisberto. Ao acompanhar a revolta em novembro de 1910, o jornal produziu uma narrativa marcada por ambiguidades: reconheceu, em diferentes momentos, a existência de reivindicações ligadas aos castigos corporais, ao excesso de trabalho, à má alimentação e às condições de vida dos marinheiros; ao mesmo tempo, enquadrou a ação dos revoltosos como ameaça à ordem republicana, à autoridade do Estado e à imagem civilizada do país.

Essa ambiguidade revela uma das principais contradições da Primeira República. A Marinha buscava afirmar-se como instituição moderna, equipada com navios de alta tecnologia e integrada ao projeto de progresso nacional, mas mantinha práticas disciplinares violentas, hierarquias racializadas e formas de controle herdadas do período escravista. Nesse contexto, a Revolta da Chibata não pode ser compreendida apenas como ato de indisciplina militar, mas como manifestação política e trabalhista de marinheiros negros e pobres que reivindicavam dignidade, melhores condições de trabalho e o fim de punições corporais incompatíveis com a cidadania republicana prometida.

A trajetória de João Cândido Felisberto ocupa lugar central nessa interpretação. A partir do diálogo com Capanema, Nascimento, Arias Neto e Morel, foi possível compreendê-lo não apenas como símbolo posterior da revolta, mas como trabalhador marítimo negro formado pela experiência cotidiana da Marinha, pela circulação entre navios, portos e tecnologias, e pelas contradições do pós-abolição. Sua liderança em 1910 não aparece, portanto, como gesto espontâneo ou isolado, mas como resultado de uma trajetória marcada por conhecimento técnico, experiência militar, convivência com os abusos da instituição e articulação com outros marinheiros subalternos.

No *Correio da Manhã*, essa liderança foi construída de forma instável. João Cândido foi nomeado como “marinheiro de 1ª classe”, “chefe dos revoltosos” e “Almirante”, expressão muitas vezes marcada por ironia, mas também por reconhecimento. O jornal destacou sua capacidade de comando, sua competência no manejo dos navios modernos e sua autoridade sobre a tripulação. Ao mesmo tempo, buscou limitar essa excepcionalidade, reconduzindo-o discursivamente à condição de marinheiro sujeito à disciplina e, em alguns momentos, representando-o por meio de categorias morais e raciais que o associavam à indisciplina, à rebeldia e ao perigo.

O debate sobre a anistia tornou essa contradição ainda mais evidente. Embora o jornal tenha registrado a procedência das queixas dos marinheiros, a anistia foi apresentada sobretudo como medida de salvação pública, pacificação da crise e restauração da ordem. Desse modo, o reconhecimento das violências sofridas pelos marujos não se converteu em legitimação plena de suas reivindicações. A preocupação central das elites políticas e jornalísticas era conter os efeitos simbólicos da insubordinação naval e impedir que trabalhadores negros e subalternos fossem reconhecidos como sujeitos políticos capazes de impor demandas à República.

Os acontecimentos de dezembro de 1910 e a posterior prisão de João Cândido na Ilha das Cobras evidenciam os limites concretos dessa pacificação. A anistia encerrou a crise imediata, mas não rompeu com a lógica de punição, exclusão e silenciamento que atingiu os marinheiros envolvidos no movimento. Nesse sentido, a cobertura do *Correio da Manhã* ajuda a perceber como a memória da Revolta da Chibata foi deslocada do campo das reivindicações trabalhistas e raciais para o campo da desordem, da ameaça e da indisciplina.

As representações produzidas pelo *Correio da Manhã* integraram, portanto, uma luta pela classificação do movimento e de seus protagonistas. Ao alternar entre o reconhecimento da competência dos marinheiros e sua associação à indisciplina e ao perigo, o periódico participou da definição dos limites dentro dos quais esses trabalhadores poderiam ser reconhecidos como sujeitos políticos. Essas representações articulavam-se a um imaginário social da ordem republicana e da disciplina militar, que reservava às autoridades e à oficialidade o poder legítimo de comandar, enquanto atribuía aos marinheiros negros e subalternos o dever da obediência.

Assim, este trabalho buscou contribuir para a compreensão da Revolta da Chibata a partir da relação entre imprensa, trabalho negro e memória pública. A análise do *Correio da Manhã* demonstra que João Cândido foi simultaneamente reconhecido e controlado pela narrativa jornalística: sua competência era necessária para explicar a força da revolta, mas sua legitimidade política precisava ser contida para preservar a autoridade republicana. Ao recuperar essa construção ambígua, torna-se possível compreender não apenas como a imprensa noticiou a revolta, mas como participou da disputa em torno do lugar de João Cândido e dos marinheiros negros na história da cidadania brasileira.

REFERÊNCIAS

- ARIAS NETO, José Miguel. A Revolução dos Marinheiros. **Antíteses**, Londrina, v. 3, n. esp., p. 75-89, 2010.
- BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH, Edmund et al. **Anthropos-Homem**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985. p. 296-332.
- CAPANEMA, Sílvia. **João Cândido e os navegantes negros: a Revolta da Chibata e a segunda abolição**. Rio de Janeiro: Malê, 2022.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, Mariana; PRADO, Maria Lígia Coelho (org.). **História das Américas: fontes e abordagens historiográficas**. São Paulo: Humanitas, 2015.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.
- COELHO, Andrea; DAVID, Flávia; FILHO, Idalício Manoel de Oliveira. Secretaria Especial de Comunicação Social. **Correio da Manhã: compromisso com a verdade**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2002 (Cadernos da Comunicação. Série Memória, 1).
- DE LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- MOREL, Edmar. **A Revolta da Chibata**. 7. ed. Organização de Marco Morel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. João Cândido, o Mestre Sala dos Mares: trabalho e cotidiano na vida marítima dos marinheiros da Belle Époque. **Almanack**, Guarulhos, n. 21, p. 358-403, 2019.
- NASCIMENTO, Jaime Oliveira do; LOPES, Raimundo Helio. Pedro Leão Veloso Filho. Verbete Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: <https://share.google/F8rEULG3bYnzZNhNX>
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- TVE RS. Nação | TVE – Entrevista João Cândido – Conteúdo Extra de Revolta da Chibata. YouTube, 14 out. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y3lfcd9B0mE>. Acesso em: 7 jul. 2026.